



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

Educação Profissional e Inclusiva: uma revisão da literatura.

TATIANA DE JESUS BELFORT

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

BIANCCA SCARPELINE DE CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

Agradecimento à órgão de fomento:

A pesquisa foi desenvolvida sem o apoio de agência de fomento.

Educação Profissional e Inclusiva: uma revisão da literatura.

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados a partir da transformação das Escolas Técnicas, Escolas Agrotécnicas, Centros Federais de Educação e do Colégio Dom Pedro II, por meio da Lei nº 11.892/2008.

Os IFs são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino, que vão da educação profissional técnica de nível médio a pós-graduação *strictu sensu*, com o fim de formar e qualificar os discentes para a atuação profissional nas diversas áreas da economia e promoção do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008a).

Instituídos no âmbito da rede federal de ensino, os IFs compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) (BRASIL, 2008a), que são autarquias com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2012).

A educação profissional técnica de nível médio representa um dos principais objetivos dos Institutos Federais de Educação (BRASIL, 2008a), visto que essa modalidade de ensino “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia” (BRASIL, 1996), além de preparar os discentes para um desenvolvimento contínuo de habilidades para a vida produtiva em sociedade (BRASIL, 1996).

Além da educação profissional técnica de nível médio, os IFs oferecem cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, realizam pesquisas, desenvolvem atividades de extensão, estimulam e apoiam processos educativos que levam à geração de trabalho e renda, bem como à emancipação do cidadão com vistas ao desenvolvimento socioeconômico das localidades em que estão inseridos (BRASIL, 2008a).

A educação especial, por sua vez, é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996), a qual deve ser transversal a todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1999), ou seja, deve ser ofertada da educação básica ao nível superior.

Os educandos com necessidades educacionais especiais, segundo os termos da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2 (2001, p. 2) são aqueles que apresentam:

- I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
 - a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
 - b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; [...].

Segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI, aprovada em 2008, a educação especial atravessa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, em conjunto com a oferta do atendimento educacional especializado, a disponibilização de serviços e recursos próprios a esse tipo de atendimento, além de orientar alunos e professores quanto a sua realização nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 2008b).

A PNEEPEI/2008 também apresenta a educação inclusiva e revela que essa surgiu como um novo paradigma educacional, respaldada no conceito de direitos humanos, uma vez que os direitos humanos unem igualdade e diferença como princípios inseparáveis, bem como progride

em direção às desigualdades existentes, ou seja, proporciona tratamento diferenciado aos diferentes, tendo em vista as particularidades vivenciadas pelas pessoas com necessidade especiais dentro e fora da escola ao longo da história (BRASIL, 2008b).

Considerando que a oferta da educação especial deve se dar de forma transversal, em todos os níveis de ensino, os *campi* da Rede Federal desenvolvem suas ações inclusivas e para a diversidade a partir do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE).

Os Núcleos foram criados a partir do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais na Rede Federal de Educação Tecnológica – TEC NEP, que teve como um de seus objetivos incluir pessoas com deficiência em cursos de educação profissional (Portal do MEC, 2010), ou seja, teve a função de unir educação profissional e educação especial, por meio da garantia da igualdade de oportunidades com base na legislação nacional, tendo em vista o papel social que a educação possui (CUNHA; SILVA, 2016).

1.1 Problema de pesquisa

A situação educacional e social de pessoas com necessidades educacionais especiais passou por várias transformações ao longo dos séculos, passando de total exclusão ao direto à inclusão social e educacional, conforme apontado por Sassaki (2002). O autor destaca que a educação para pessoas com deficiência passou pelas fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão.

Com destaque à fase de inclusão, tem-se que essa remete à inserção de todos os alunos nas salas comuns, devendo os ambientes físicos e os procedimentos educativos ser adaptados para acomodar a diversidade do alunado (SASSAKI, 2002), portanto, a partir da educação especial na perspectiva da educação inclusiva as escolas devem levar em consideração as necessidades de todos os alunos, visto que a inclusão questiona as políticas e a organização da educação especial e da educação regular (MANTOAN, 2003).

Diante o exposto, tem-se que os ganhos decorrentes da educação especial em uma perspectiva inclusiva ultrapassam os muros da escola, uma vez que essa possibilita experiências de vida tanto aos alunos com necessidades educacionais especiais, quanto aos sem essa necessidade, a partir da convivência em conjunto nos espaços comuns da sociedade (MANTOAN, 2017).

O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021 utiliza o monitoramento da meta 4 do Plano Nacional de Educação, ano base 2010-2020, para acompanhar os avanços acerca da oferta da educação especial e inclusiva nas escolas da rede regular de ensino do país, a meta 4 prevê:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (INEP, 2020).

O monitoramento indica o aumento do número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns em todas as regiões do país.

Ao observar os avanços por região, em 2010, o anuário apresenta que a Região Norte possuía apenas 68,9% alunos público-alvo da educação especial matriculados nas classes

comuns. Em 2020, esse número saltou para 94,7%. Enquanto que no mesmo período, a Região Nordeste possuía 79,6% matrículas em 2010, saltando para 97,2% em 2020.

As demais Regiões do país acompanharam esse avanço do número de matrículas, a Região Sudeste passou de 64,5% em 2010, para 85,7% em 2020, e a Região Sul passou de 62,2% em 2010, para 76,6% em 2020 e, por fim, a Região Centro-Oeste passou de 70,5% e 85,8%, em 2020.

Embora os dados evidenciem avanços, a análise das condições das escolas mostra que há muito o que ser conquistado, visto que apenas 56,1% das escolas possuem banheiro adequado; 28,3% das escolas possuem sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE) e 68,0% das escolas com dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida (ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2021).

Nos IFs, de acordo com dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha 2021, ano base 2020, havia 4.635 matrículas de pessoas com deficiência com renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo (RI-PcD) em cursos técnicos e de graduação; 5.710 matrículas de pessoas com deficiência, preto/pardo/indígena (RI-PPI-PcD) em cursos técnicos e de graduação e 5.396 matrículas de pessoas com deficiência com renda per capita superior a 1,5 salário mínimo (RS-PcD) em cursos técnicos e de graduação em Institutos Federais de todo o país.

Essas matrículas representam que o público-alvo da educação especial tem buscado assumir seu papel na sociedade por meio do acesso à educação, seja na educação básica, conforme indicam os dados do Anuário da Educação Básica de 2021, seja por meio da educação profissional, em cursos técnicos e de graduação oferecidos pelos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológico, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha, ano base 2020.

Estudos desenvolvidos por pesquisadores interessados em educação inclusiva, educação profissional e NAPNE, têm apresentado como esses temas são abordados dentro dos Institutos Federais, os avanços conquistados e os desafios a serem superados (VELIHOVETCHI, 2018; BORGES, 2019; SILVA, 2019; CUNHA, 2020; DIAS, 2020).

Diante o exposto e considerando que o público-alvo da educação especial tem buscado a educação formal em escolas da rede regular e capacitação profissional nos Institutos Federais de Educação, questiona-se: como os Institutos Federais de Educação têm atuado no processo inclusivo do público alvo da educação especial?

1.2 Objetivo

O objetivo deste artigo é analisar pesquisas que tratem da educação inclusiva na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, no período de 2018 e 2021.

O Catálogo de Teses e Dissertações da Capes foi escolhido por ser um sistema onde se encontram depositadas teses e dissertações elaboradas a partir de pesquisas vinculadas a Programas de Pós-Graduação de Institutos Federais e Universidades nacionais.

A análise proposta poderá auxiliar pesquisadores de todo o país que buscam empreender pesquisas em temáticas da educação inclusiva, dentro dos Institutos Federais, os quais poderão se utilizar desta pesquisa como documento norteador, visto ser um estudo atual sobre inclusão e educação profissional.

O artigo está dividido em seis seções, iniciando por esta introdução, que é composta por uma breve contextualização, pelo problema de pesquisa, objetivo e justificativa. Seguido da Fundamentação teórica, método de pesquisa, discussão dos resultados, conclusões/contribuições e referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa bibliográfica, primeira etapa de qualquer pesquisa científica, desenvolve-se a partir de material já publicado, constituindo-se principalmente por livros e artigos científicos (GIL, 2002). Além desses, há também os jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, entre outros (PRODANOV, 2013). Tais fontes servem de apoio a qualquer pesquisa, visto que situam o pesquisador quanto ao que tem sido publicado na área de interesse.

Há diversas modalidades de pesquisa bibliográfica, uma delas é a Revisão Narrativa, outra é a do tipo “estado da arte”, que serão apresentadas a seguir.

A revisão narrativa é um dos tipos de pesquisa bibliográfica disponível na literatura. Segundo Rother (2007), essas revisões são utilizadas para descrever e discutir um tema, a partir de um contexto ou de uma teoria, as buscas são realizadas em livros e artigos científicos, que passam pela interpretação e análise crítica do pesquisador.

Elias (2012) ressalta que nesse tipo de revisão não é necessário informar as fontes de informação, os métodos de busca, nem os critérios de seleção utilizados, no entanto, é o tipo de revisão que permite análises e interpretações críticas amplas, assim como a compreensão de um assunto tanto do ponto de vista da teoria, quanto do ponto de vista do contexto.

Dias *et al.* (2017) vão além e explicam os passos executados em uma revisão narrativa, os quais resumem-se em: dia da busca, informe da base de dados e dos descritores utilizados, apresentação de documento norteador, por meio do qual se define o recorte temporal, resultados antes e após avaliação e a forma de apresentação desses resultados.

As pesquisas do tipo “estado da arte”, segundo Ferreira (2002), por sua vez, têm a função de identificar o que foi produzido e o que não foi, ou seja, identificar lacunas a serem pesquisadas dentro de determinado tema.

Para esse autor, há variadas formas de organização dos achados na literatura, os quais podem ser: “pela opção teórica manifesta, pelo tema que anuncia, pelo objetivo explicitado da pesquisa, pelo procedimento metodológico adotado pelo pesquisador” (FERREIRA, 2002, p. 268).

As pesquisas do tipo “estado da arte”, segundo Romanowski e Ens (2006), contribuem com o campo teórico de determinada área do conhecimento, uma vez que possibilita a identificação das ênfases dadas nas pesquisas divulgadas, bem como permite identificar e examinar o referencial teórico utilizado, conduzindo o pesquisador a compreender o estado atual do conhecimento dentro de um tema, auxiliando na compreensão de aspectos teóricos e metodológicos.

Romanowski e Ens (2006) corroboram o posicionamento de Ferreira (2002), sobre a importância do levantamento do “estado da arte” de um tema, visto que estabelecem uma “relação com produções anteriores, identificando temáticas recorrentes e apontando novas perspectivas, consolidando uma área de conhecimento” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 41).

Diante dos tipos de pesquisa bibliográfica apresentadas, optou-se por realizar uma revisão narrativa segundo a proposta de Rother (2007) e Elias (2012), tendo em vista sua função de inserir e situar o leitor quanto ao contexto e ao problema investigado.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Considerando que a finalidade da pesquisa científica vai além da mera construção de um relatório ou descrição de fatos empíricos, sendo imprescindível que o pesquisador relacione a pesquisa com a teoria, a fim de que essa sirva de base à interpretação dos dados e fatos coletados (LAKATOS; MARCONI, 2019).

Considerando que a abordagem do problema depende dos interesses do pesquisador e do tipo de estudo a ser desenvolvido (PRODANOV, 2013), a presente pesquisa está incluída

na categoria de pesquisa qualitativa, visto que esse tipo de pesquisa se volta para a compreensão de aspectos da realidade, ou seja, em explicar coisas, acontecimentos, por meio de diversas abordagens e dados não-numéricos, ou seja, sem quantificá-los (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A pesquisa bibliográfica aqui apresentada é do tipo narrativa, segundo a proposta de Rother (2007) e Elias (2012) e compreende discussões relativas ao tema da educação profissional inclusiva, a partir do contexto dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

4 DISCUSSÃO

4.1 Caracterização das pesquisas

As pesquisas foram desenvolvidas a partir de IFs de todas as regiões do país, foram identificadas pesquisas acerca da inclusão e da atuação do NAPNE no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Instituto Feral de São Paulo (IFSP), Instituto Federal Goiano (IFG), Instituto Federal de Sergipe (IFS), Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Federal do Acre (IFAC), Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e Colégio Dom Pedro II do Rio de Janeiro.

Os temas abordados nessas pesquisas giraram em torno do papel dos NAPNEs de cada localidade. Os principais temas abordados foram: institucionalização do NAPNE, disponibilidade de estrutura física e de pessoas, existência de profissionais especializados e da oferta de formação continuada de professores e equipe pedagógica. Essas pesquisas contemplaram também questões relativas à acessibilidade e suas dimensões no âmbito dos institutos.

Enquanto desenho metodológico, os pesquisadores se utilizaram principalmente de estudos de caso, pesquisa-ação, utilização de levantamento bibliográfico, documental, entrevistas semiestruturadas, compreensivas e questionários. Os atores participantes dessas pesquisas também foram diversos, incluindo-se o público beneficiários (alunos, pais e responsáveis), professores, coordenadores dos núcleos e servidores dos *campi*.

4.2 A importância dos NAPNEs

Acerca da atuação dos NAPNEs, tem-se pesquisas como a desenvolvida por Velihovetchi (2018), que identificou a atuação satisfatória do NAPNE do *campus* Petrópolis, bem como alguns percalços no processo inclusivo, como: falta de recursos financeiro, além da identificação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinal a serem superadas.

Pires (2018) também observou que o atendimento de alunos com necessidades específicas pelo NAPNE do *campus* Tijuca II, *campus* do IFRJ, apesar do empenho dos professores e dos gestores, ainda enfrenta dificuldades relacionadas à falta de recursos materiais, humanos e formação insuficiente dos professores para atender diferentes deficiências, ainda assim, a pesquisa indicou que houve avanços, porém, a integração entre NAPNE e demais atividades pedagógicas ainda é um desafio.

Ferreira (2020), por sua vez, concluiu que o NAPNE tem papel fundamental no desenvolvimento de ações inclusivas, como a oferta de formação inicial e continuada aos docentes e à equipe pedagógica, auxiliando no processo de permanência e êxito dos estudantes surdos no âmbito daquele instituto. Esse autor ressalta que não existem receitas prontas quando se trata de ações de permanência a serem oferecidas a discentes surdos, mas que oferecer o ensino inclusivo é responsabilidade de todos.

Semelhantemente, Silva (2019) enfatiza que a atuação do NAPNE tem sido fundamental para a educação profissional de alunos surdos no IFPB, campus Campina Grande. Sua pesquisa possibilitou a identificação da falta visibilidade às atividades desenvolvidas pelo NAPNE, visto que há atores – pais e responsáveis, que desconheciam a existência do núcleo, bem como o tipo de trabalho que realizam (BORGES, 2019).

Enquanto que a pesquisa de Dias (2020) indicou que os quinze NAPNEs do IFRJ promovem ações voltadas ao público alvo da educação especial na perspectiva inclusiva, ainda que não disponham de infraestrutura física e de pessoas adequadas às demandas existentes.

Santos (2020) pesquisou se todos os campi da Rede Federal de Educação encontram-se institucionalizados e identificou que nem todos os NAPNEs distribuídos nos campi da RFEPCCT possuem regulamentação e uma política inclusiva, bem como são poucos os que possuem orientação para a utilização do plano de atendimento individualizado.

Cunha (2020) aponta, ainda, a importância da atuação do NAPNE do Instituto Federal, Campus Piranhas, uma vez que representa um “espaço de conquista, pesquisa, acolhimento firmado numa prerrogativa de educação além de conteúdos desvinculados das realidades sociais” (CUNHA, 2020, p. 55).

Os resultados de Machado (2021) revelaram a existência de desencontro entre os documentos institucionais do IFTM e a atuação dos NAPNEs, tendo em vista o número significativo de atribuições ser incompatível com a carga-horária que devem dedicar às atividades do núcleo, além da necessidade de reconhecimento ou institucionalização desses núcleos, visto que são formados por comissões designadas, em que os membros dividem a carga-horária do núcleo com as de seus cargos de origem. Esse autor acredita que o reconhecimento do papel do núcleo naquele instituto possibilitará a atuação com autonomia e poder decisório frente às demandas e atribuições que possuem, com vistas ao alcance de recursos financeiros e melhoria da estrutura física e de pessoas (MACHADO, 2021).

Dentro da temática que envolve a educação profissional e inclusiva, há questões para além dos NAPNEs e que necessitam do olhar da administração dos campi, dos gestores dos IFs (Diretores de campus, Pró-Reitorias de Ensino e Reitoria) e até mesmo da Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SETEC) e do Ministério da Educação (MEC).

Algumas situações evidenciadas nas pesquisas são: necessidade de redefinição das relações estabelecidas para com os discentes com e sem deficiência; de realização de ações tanto sistêmicas, quanto individualizadas voltadas para a pessoa com deficiência, com vistas à oferta de uma educação inclusiva; além da necessidade de discussões acerca do papel do NAPNE e das práticas inclusivas no IFRJ (SOUZA, 2018).

Lima (2018), por sua vez, indica: necessidade de formação docente em educação inclusiva, capacitação em adaptação métodos e técnicas de ensino; além da adaptação do tempo de preparação de aulas inclusivas aos discentes com deficiência e necessidades educacionais específicas.

Enquanto que Pinto (2019) evidenciou a importância de o NAPNE ser constituído por profissionais capacitados e estrutura física adequadas, a fim de que seja possível promover a inclusão escolar e auxiliar os professores na adequação de suas práticas.

Como já evidenciado em outras pesquisas, Borges (2019) destaca a falta de investimentos financeiros e a necessidade de profissionais com formação e qualificação apropriadas para atuação no núcleo.

Lobão (2019) identificou a existência de barreiras atitudinais como um dos principais entraves ao ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais específicas, no Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju. Esse autor enaltece o fato de que não são as pessoas com necessidades educacionais específicas que devem se adequar ao ensino que a instituição oferece, mas a instituição que deve adaptar seus métodos às especificidades dos discentes, princípio da educação especial e inclusiva.

Lobão ainda ressalta a importância da capacitação em educação especial e inclusiva, ou seja, mais uma pesquisa destaca essa demanda, visto que é uma carência apresentada pelos docentes, além da necessidade de investimentos que visem a capacitação dos servidores da instituição, a fim de que sejam preparados para lidar com o público alvo da educação especial e inclusiva (LOBÃO, 2019).

Para Lobão (2019), o IF Sergipe, Campus Aracaju, tem desenvolvido ações voltadas para o acesso, permanência e êxito de estudantes público alvo da educação especial, no entanto, ainda se faz necessário o aprimoramento das ações existentes.

4.3 Demandas gerais sobre inclusão

Costa (2018) desenvolveu o curso “Curso de Formação Continuada em Educação Especial para Coordenadores do NAPNE”, que teve aprovação, por avaliadores da SETEC, quanto ao seu objetivo de formar/ capacitar os coordenadores dos NAPNEs, com o fim de prepará-los para o trabalho de inclusão de discentes com deficiência na Rede Federal.

Silva (2019) identificou a implementação de ações voltadas para a inclusão de alunos surdos pelo Campus Campina Grande do IFPB. Essas ações ocorrem pela disponibilização de intérpretes tradutores de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com o fim de assegurar o direito à acessibilidade nas comunicações e auxiliar os discentes surdos no processo de ensino-aprendizagem.

No âmbito de dois *campi* do IFG, Pinto (2019) evidencia que, ainda que o Regulamento da Educação Inclusiva e da Educação Especial seja de 2017, essa regulamentação promoveu espaços de discussão voltados para a “terminalidade específica, professor de AEE, profissional de apoio e pressuposto da inclusão como um direito humano universal” (PINTO, 2019, p. 95).

Dias (2020) destaca a inexistência de articulação por parte de setores chave da Reitoria do IFRJ causa prejuízos aos NAPNEs localizados nos *campi*, bem como a falta de uma política inclusiva institucional, uma vez que o PDI do IFRJ não contempla ações inclusivas.

Santos (2020), por sua vez, constatou a necessidade de construção do plano de atendimento individualizado em conjunto com o aluno, a família e os profissionais do NAPNE e docentes, com vistas a um planejamento avaliativo, com metas e a oferta do suporte necessário ao aluno público alvo da educação especial.

Cunha (2020) contou com a participação dos servidores do NAPNE do Instituto Federal de Alagoas, Campus Piranhas, para a criação do manual pedagógico, que teve o fim de oferecer suporte pedagógico aos alunos com necessidade educacionais especiais. Os participantes da pesquisa defenderam a importância do Manual para subsidiar as atividades inclusivas daquele instituto (CUNHA, 2020).

Maekava (2020) analisou o processo inclusivo de estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal de São Paulo. A pesquisa contou com a participação de alunos, professores, técnicos-administrativos e coordenadores dos NAPNEs daquele instituto.

Os resultados das entrevistas com os alunos indicam a utilização de recursos adaptados por alguns docentes, mas também indicam estratégias pedagógicas não adequadas e insuficientes por outros (MAEKAVA, 2020).

Já os profissionais – coordenadores e membros dos NAPNEs e docentes, afirmaram a necessidade de formação inicial e continuada nas diferentes áreas da educação especial, bem como da contratação de profissionais especializados em educação especial e inclusiva e da disponibilização de investimentos em infraestrutura física e de materiais adaptados para o atendimento educacional especializado (MAEKAVA, 2020).

Enquanto que os resultados encontrados por Machado (2021) indicam que os estudantes público-alvo da educação especial estão ingressando no IFTM e concluindo a formação no ensino médio integrado ao técnico. No entanto, os resultados revelaram a existência de

desencontro entre os documentos institucionais do IFTM e a atuação dos NAPNEs, tendo em vista o número significativo de atribuições ser incompatível com a carga-horária que os servidores devem dedicar às atividades do núcleo.

Finaliza-se com a conclusão de Borges (2019), que destaca o papel essencial da inclusão na sociedade atual, assim como a função dos institutos federais na promoção dessa garantia de direitos.

5 CONCLUSÃO/ CONTRIBUIÇÕES:

Considerando a proposta desta pesquisa bibliográfica, conforme mencionado na introdução, conclui-se que o objetivo foi alcançado, visto que as pesquisas foram discutidas a partir da temática da educação inclusiva na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, entre 2018 e 2021 a qual resultou na análise de pesquisa, entre dissertações e teses.

Evidenciou-se a ausência de pesquisas que abordassem a necessidade de adaptação do currículo institucional, tendo em vista que a legislação garante adaptação de currículo e atividades às pessoas com deficiência (BRASIL, 2015), além de que os cursos técnicos ofertados pelos IFs possuem uma grande extensa, com disciplinas técnicas e da base curricular comum, onde é preciso ser verificado até que ponto podem ser realizadas adaptações para o atendimento do público-alvo da educação especial e inclusiva.

Outros pontos sensíveis e que merecem atenção são a falta de estruturação dos NAPNEs, pouca ou nenhuma oferta de capacitação ou formação em educação especial e inclusiva aos servidores dos IFs - professores e técnicos-administrativos, bem como a carência de profissionais especializados dentro dos Institutos Federais de Educação, conforme evidenciado nas pesquisas utilizadas nesta revisão.

Ratifica-se a necessidade de realização de pesquisas que envolvam a formação de professores para a educação especial, sobre currículo e avaliação e sobre a atuação dos NAPNEs, tendo em vista as dificuldades de aplicar e fiscalizar as determinações impostas pelas legislações, no âmbito das instituições de ensino da Rede Federal de Educação.

Como proposta de trabalhos futuros, sugere-se que o tema da inclusão na educação profissional continue a ser investigado, uma vez que é tema recente no âmbito da educação profissional e que tem sofrido com a falta de recursos financeiros para a estruturação dos NAPNEs, a contratação de profissionais especializados em educação especial inclusiva e a capacitação contínua dos docentes e técnicos-administrativos em educação dos IFs, ações necessárias para tornar os *campi* dos IFs verdadeiramente inclusivos.

REFERÊNCIAS

BORGES, R. L. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas: obstáculos e superações no Instituto Federal Goiano. 29/08/2019. 166 f. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Instituição de Ensino: Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, **Vitória Biblioteca Depositária**. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/594/4/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Ros%c3%a2ngela%20Lopes%20Borges.pdf. Acesso em: 05 mar. 2022.

BRASIL. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Lei nº 11.892/ 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.ht. Acesso em 23 ago. 2020.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, 2008. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em 30 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96. Brasília: MEC. 1996. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.394%2C%20DE%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201996&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art. Acesso em 02 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 3298 de 20/12/99. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 05 abr. 2021.1999.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2/2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27/12/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 18 Jun. 2022.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2015. Lei n. 13.146/2015.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/L Lei/L13146.htm. Acesso em: 02 ago. 2020.

COSTA, L. U. da. Desenvolvimento Profissional de Coordenadores do NAPNE do Instituto Federal do Acre. 176 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas), Manaus. p. 176. 2018. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6328322. Acesso em: 05 mar. 2022.

CUNHA, A. L. B. M.; SILVA, L. L. S. O TEC NEP como política pública de inclusão na Rede Federal de Educação Profissional. Anais II CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em:

<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/23153>. Acesso em: 18 Jun. 2022.

CUNHA, T. L. da. O manual pedagógico como ferramenta de inclusão: um olhar reflexivo sobre os paradigmas educacionais do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Alagoas - Campus Piranhas. 25/06/2020. 76 f. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Instituição de Ensino: Instituto Federal Alagoas, Vitória Biblioteca Depositária: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL. Disponível em:

ahref="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9268663"/. Acesso em: 05 mar. 2022.

DIAS, G. L., *et al.* A relação saúde e meio ambiente na atenção primária e na estratégia saúde da família: Uma revisão narrativa. **Revista de APS**, v. 20, n. 4, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15833>. Acesso em: 22 fev. 2022.

DIAS, K. A. Um suporte de acessibilidade: um guia orientador na Educação Profissional Tecnológica do IFRJ. 15/12/2020. 416 f. Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão Instituição de Ensino: Universidade Federal Fluminense, Biblioteca Depositária: **Biblioteca Central do Valonguinho**. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10202903/. Acesso em: 05 mar. 2022.

ELIAS, C. S. R., *et al.* Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. SMAD, **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 48-53, abr. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762012000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 fev. 2022.

FERREIRA, J. C. D. A permanência dos estudantes surdos como fatores de inclusão escolar no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Campus Natal Central, no Curso de Informática Para Internet. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional Instituição de Ensino: Instituto Federal do Rio Grande do Norte). Rio Grande do Norte. p. 138, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10732061. Acesso em: 05 mar. 2022.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade** [online]. 2002, v. 23, n. 79, pp. 257-272. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>. ISSN 1678-4626. Acessado em 20 Fev. 2022.

GERHARDT; T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: **Atlas**, 2002.

INEP – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Painel do monitoramento do PNE: meta 4. Brasil. 2020. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegracao%2F%20PNE%2FMeta%2004%2FPaineis%2FPNE%20-%20Meta%2004&Page=Meta%204>. Acesso em: 10 mai. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. [3. Reimpressão]. – São Paulo: Atlas, 2019.

LIMA, E. L. M. de. Inclusão educacional de pessoas com deficiência visual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: ações institucionais e vozes docentes. 21/12/2018. Mestrado em Educação Profissional Instituição de Ensino: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, **Natal**

Biblioteca Depositária. Disponível em:

ahref="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8383373"/. Acesso em: 05 mar. 2020.

LOBAO, F. de O. Educação Inclusiva: desafios e conquistas no percurso de acesso, permanência e êxito para os estudantes assistidos pelo NAPNE e a equipe multidisciplinar no IFS/Campus Aracaju. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Sergipe. Sergipe, p. 148, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7902272. Acesso em: 05 mar. 2022.

MACHADO, F. S. O ciclo de políticas no contexto da educação profissional inclusiva: efeitos no trabalho do NAPNE no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Triângulo Mineiro). Uberaba. p. 193, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10527121. Acesso em: 05 mar. 2022.

MAEKAVA, F. S. Os desafios do processo de inclusão no Instituto Federal de São Paulo sob o olhar de estudantes com deficiência, professores e membros do NAPNE. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, p. 136, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9671965/. Acesso em: 5 mar. 2022.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: **Moderna**, 2003.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/80366>. Acesso em: 15 nov. 2021

MEC. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010. Educação Profissional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/16136-programa-de-inclusao-de-pessoa-com-deficiencia-tem-avaliacao>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PINTO, H. H. da C. Políticas e ações de educação especial e inclusão no Instituto Federal Goiano. 28/06/2019 112 f. Mestrado em Educação - Campus Catalão. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Catalão Biblioteca Depositária: **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações** (BDTD/UFG). Disponível em: [ahref="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7906486/](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7906486/). Acesso em: 05 mar. 2022.

PIRES, M. P. L. NAPNE e educação inclusiva: alcances, desafios e limites. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Estácio de Sá., Rio de Janeiro, p. 192, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7496383. Acesso em: 05 mar. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA, PNP 2021, ano base 2020. Disponível em: https://public.tableau.com/views/PNP2021-AnoBase2020/1_5ClassificacaoRacialRendaFamiliar?%3AshowVizHome=no. Acesso em: 30 jul. 2022.

PRODANOV, C. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: **Feevale**, 2013.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 6, n. 19, p. p. 37–50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em 19 fev. 2022.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paul Enferm.** [periódico na Internet]. abr-jun 2007, 20(2):v-vi. Disponível em <http://www.scielo.Br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SANTOS, J. R. Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais Brasileiros. Dissertação (Mestrado em Educação Especial: Educação do Indivíduo Especial: Universidade Federal de São Carlos). São Carlos. p. 163, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9277115. Acesso em: 05 mar. 2022.

SASSAKI, R. K. *Paradigma da Inclusão e suas Implicações Educacionais*. **Forum** vol. 5 (jan/jun) Rio de Janeiro INES, 2002. Disponível em: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/1129/1130>. Acesso em: 07 out. 2021.

SILVA, L. S. da. O aluno surdo no IFPB/CG: uma análise a partir da política de inclusão. 25/03/2019 108 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande Biblioteca Depositária: **Biblioteca Central/UFCG**. Disponível em: [ahref="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8497462"](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8497462). Acesso em: 05 mar. 2022.

SOUZA, A. S. A inclusão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro: um olhar com os núcleos de apoio às pessoas com necessidades específicas (NAPNES). Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade Do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 232, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6679001. Acesso em: 05 mar. 2022.

VELIHOVETCHI, D. H. (Com)passos e (im)passes na aplicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no CEFET/RJ - CAMPUS PETRÓPOLIS. 18/12/2018 292 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis Biblioteca Depositária: **UCP**. Disponível em: [ahref="https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6906026"](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6906026). Acesso em: 05 ar. 2022.